

**E EU, COMO SUJEITO, RECUSO A SER APENAS OBJETO:
REFLEXÕES SOBRE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES
ÉTNICO-RACIAIS A PARTIR DO ENSINO DE BIOLOGIA**

**AND I, AS SUBJECT, REFUSE TO BE A MERE OBJECT:
REFLECTIONS ON EDUCATION FOR ETHNIC-RACIAL
RELATIONS FROM BIOLOGY TEACHING**

Cecília Santos de Oliveira¹
Jorge Felipe Marçal²
Juliana Marsico³

RESUMO: O trabalho investiga os discursos de Educação para as Relações Étnico-Raciais produzidos no Ensino de Biologia. Valemo-nos da análise das publicações da Revista de Ensino de Biologia da SBEnbio (REnBio) no período de 2022 a 2024. A partir de um ordenamento metodológico, foram selecionadas 29 publicações. Partindo de uma aproximação teórica com os estudos de Michel Foucault, Thomas Popkewitz e Marcia Ferreira, apostamos em uma abordagem discursiva, identificando as produções de discursos e enunciados acerca do tema, evitando-se explicações unívocas. Destacamos, em nossa análise, a produção de discursos vinculados à *superação de currículos eurocentrados*, à *Formação de Professores como espaço para a Educação das Relações Étnico Raciais*, aos *efeitos produzidos pela leis 10.639/2003 e 11.645/2008 nos espaços escolares e de formação docente*, à *abertura a novas epistemologias e produção de materiais didáticos e práticas pedagógicas* que produzam relações étnico-raciais positivas. Assumimos que tais enunciados acabam por legitimar visões da Educação para as Relações Étnico Raciais no Ensino de Biologia, através de *regularidades discursivas*. Defendemos, portanto, que a compreensão de tais regularidades propicia análises diferenciadas, que desacreditam das fixações *essencializadas* e nos mobilizam para um Ensino de Biologia antirracista.

Palavras-chave: História do Currículo; Discurso; Educação para as Relações Étnico-Raciais; Ensino de Biologia.

¹ Doutorado em Educação pela UFRJ. Docente da UERJ. Contato: cecilia.santos.oliveira@uerj.br

² Doutorado em Educação pela UFRJ. Docente da UFRJ. Contato: jorgemarc@cap.ufrj.br

³ Doutorado em Educação pela UFRJ. Docente da UFRJ. Contato: jumarsico@ufrj.br

ABSTRACT: This paper investigates the discourses on Education for Ethnic-Racial Relations produced in Biology Teaching. We analyzed the publications of the SBEnbio Teaching Journal (REnBio) from 2022 to 2024. Based on a methodological arrangement, 29 publications were selected. Based on a theoretical approach with the studies of Michel Foucault, Thomas Popkewitz and Marcia Ferreira, we adopted a discursive approach, identifying the production of discourses and statements on the theme, avoiding univocal explanations. In our analysis, we highlight the production of discourses linked to overcoming Eurocentric curricula, to Teacher Training as a space for Education on Ethnic-Racial Relations, to the effects produced by laws 10.639/2003 and 11.645/2008 in school and teacher training spaces, to the openness to new epistemologies and the manufacturing of teaching materials and pedagogical practices that produce positive ethnic-racial relations. We assume that such statements end up legitimizing visions of Education for Ethnic-Racial Relations in Biology Teaching, through *discursive regularities*. We therefore argue that understanding such regularities provides differentiated analyses, which discredit essentialized fixations and mobilize us for an anti-racist Biology Teaching.

Keywords: Curriculum History; Discourse; Education for Ethnic-Racial Relations; Biology Teaching

INTRODUÇÃO

Sou Sujeito

*Sou eu, e não o reflexo que moldam.
Sou voz que ecoa no abismo do silêncio,
corpo que dança entre o que sou e o que querem que eu seja.
Carrego na pele o mapa da história,
cicatrices do que disseram ser meu lugar.
Sou sujeito, mas me fazem objeto,
moldado por olhares
que nunca se cruzam com o que pulsa no meu peito.
Na plantação dos dias, me dizem Outra,
uma sombra, uma diferença a ser silenciada.
Mas em minha raiz cresce o grito,
meu ser floresce no impossível.
O racismo é a trama que invisibiliza e,
ainda assim, me torno visível,
não como imagem de um Outro inventado,
mas como essência de quem se reconhece.
Memórias doeu-me guardar,*

*mas hoje são minha arma, meu escudo e minha escrita.
Minha existência é revolução.
Ser colocada à margem me deu força,
e ao ser desumanizada, recriei a humanidade.
Nas pequenas histórias, no trauma exposto,
sou poesia que desconstrói o mundo imposto.
Grada sussurra verdades que ardem,
e eu, como sujeito, recuso ser apenas objeto.
Na sociedade que nega meu lugar,
meu corpo, minha voz, minha vida:
eu reivindico tudo.*

Autor: Gustavo Santana B. Silva

Iniciamos este texto trazendo o poema de Gustavo Santana, estudante do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ) como um posicionamento político e como intercessor. Nos posicionamos como docentes do ensino superior que reivindicam novos futuros possíveis para nossos alunos e para nós mesmos. Futuros nos quais meninos negros retintos como o autor do poema não precisem recriar sua humanidade e reivindicar sua posição de sujeito. Futuros onde apenas possam ser. Onde existam e tornem-se visíveis. Ao mesmo tempo, nos posicionamos em diálogo com o poema de Gustavo Santana porque ele traz questões importantes que têm movimentado a pesquisa em educação e, em especial, em Ensino de Ciências e Biologia nos últimos anos. É desta fronteira, onde o lugar de sujeito nunca foi garantido e onde recusar “ser apenas objeto” é a possibilidade para outras formas de ser e estar no mundo, que gostaríamos de falar.

Este texto é fruto das reflexões de três professores que trabalham na Formação de Professores em Ciências Biológicas em duas universidades públicas do Rio de Janeiro. Em nossa prática docente e de pesquisa vimos testemunhando a emergência do tema “Educação para as Relações Étnico-Raciais⁴” como legítima e relevante para o Ensino de Ciências e Biologia.

⁴ Explicitamos que o termo “Educação para as Relações Étnico-Raciais” sempre aparecerá

Podemos perceber o aumento das pesquisas e dos diálogos sobre a temática nos diferentes fóruns de nossa comunidade acadêmica. A exemplo disto podemos citar o recente dossiê da Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio publicado em 2022⁵ e a programação do último Encontro Nacional de Ensino de Biologia (IX ENEBIO) que ocorreu em 2024 na PUC-Minas que trouxe o tema “inclusão e interseccionalidade no Ensino de Ciências e Biologia” como um de seus eixos temáticos e convidou pesquisadores negros para compor mesas redondas e painéis temáticos, além de oferecer um minicurso sobre educação antirracista⁶; fato que demonstra um esforço da comissão organizadora e da Associação Brasileira de Ensino de Biologia (SBEnBio) em consolidar o tema, incorporá-lo em suas práticas acadêmicas e tornar os eventos mais sensíveis e receptivos à diversidade étnico-racial.

Para além do movimento desta comunidade disciplinar (Goodson, 1997), percebemos que a posição de sujeito que ocupamos, como docentes que atuam na formação de professores para a Educação Básica nas disciplinas de graduação e no estágio curricular supervisionado, nos estimula a não nos privarmos deste debate. Somos instigados diariamente por nossos estudantes a desenvolvermos o debate teórico durante as aulas, a pensarmos na produção de materiais didáticos e a refletirmos coletivamente a partir das observações feitas em suas vivências nas escolas. Enfim, nosso compromisso por conectar o Ensino de Biologia às questões sociais vigentes nos motivam.

Somos também interpelados por uma universidade muito mais colorida. A presença de estudantes negros e indígenas, oriundos das políticas de Ações Afirmativas das universidades, traz com ela suas trajetórias e saberes para dentro da sala de aula da universidade. Essa mudança vem acompanhada de um processo de negociação sobre o que é essa posição de sujeito a ser formado, que é o(a) professor(a) e não deixa, contudo, de ser atravessado por outras

grafado em letras maiúsculas por ser referência a um campo de estudos. Quando a referência às relações étnico-raciais for geral, estas aparecerão no artigo grafadas em letras minúsculas.

⁵ Dossiê disponível em <https://renbio.org.br/index.php/sbenbio/issue/view/13>

⁶ O minicurso em questão intitulou-se: Práticas de Ensino de Ciências e Biologia para uma Educação antirracista, ministrados por dois dos autores deste artigo em parceria com outras docentes da UERJ e do Cap/UFRJ, que reuniu cerca de 35 pessoas entre docentes da educação básica, do ensino superior e licenciandos em Ciências Biológicas.

formações de sujeito. Entendemos que essas reivindicações são também curriculares, pois o currículo integra também as histórias de vida produzidas junto à formação de professores (Miller; Macedo, 2018). Diante disto, consideramos que nossa opção por refletir sobre a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ensino de Biologia, compõe para nós um posicionamento político, uma vez que tal temática nos atravessa, como pessoas pretas na universidade e/ou como professores atentos e sensíveis à importância de dismantelar preconceitos oriundos do racismo estrutural ainda hoje vigente.

Nesta direção, como pesquisadores interessados na temática e como professores atuantes na formação de outros professores, decidimos realizar um levantamento dos trabalhos publicados na Revista de Ensino de Biologia da SBEnBio (RENBIO) no período de 2022 a 2024. Consideramos que tal revista representa uma parte importante da comunidade disciplinar do Ensino de Biologia, uma vez que como revista acadêmica nacional, organizada pela associação que reúne pesquisadores, professores da educação básica e licenciandos de Ciências Biológicas (SBEnBio), atua na negociação dos sentidos, selecionando e legitimando atividades e temáticas consideradas relevantes para a área. Desta maneira, nossa intenção é perceber como a temática da Educação para as Relações Étnico-Raciais vem sendo desenvolvida, especialmente na relação com a formação de professores em Ciências Biológicas.

Apropriando-nos de uma *abordagem discursiva* para a História do Currículo (Ferreira, 2014; Ferreira; Santos, 2017). Compreendemos que as produções aqui analisadas fazem parte de um processo de *regulação social* (Popkewitz, 2011), no qual são selecionados e legitimados determinados discursos sobre as Relações Étnico Raciais em detrimento de outros. Desta maneira, consideramos que a temática é produzida em meios a *regras e padrões* que nos informam como é possível pensar a educação, a escola, o professor e o ensino de Ciências e Biologia. Essa perspectiva é interessante para pensar o ensino e a educação de maneira geral pois assume o caráter contingente das relações sociais, entendidas como práticas que se deslocam conforme vão se reiterando. Deste ponto de vista, a história do currículo não é a de uma sucessão

linear e causal de fatos, mas um intenso processo alquímico (Popkewitz, 2011; Ferreira; Gomes, 2021) em que diferentes temporalidades e atores sociais coabitam e são produzidos.

EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E O ENSINO DE BIOLOGIA: ENTRE APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Quando conversamos sobre as disciplinas escolares (e a pesquisa sobre elas), é preciso retomar algumas mobilizações conceituais importantes que vêm sendo feitas ao longo dos últimos anos. Autoras como Lopes (2007) e Gabriel e Ferreira (2012) colocam que o ensino não pode ser subsumido à reprodução do que está posto em outro lugar como conhecimento legítimo, assim como também os sentidos de ensino estão permanentemente “sob rasura” (Gabriel; Ferreira, 2012), de modo que não é possível determinar uma natureza correta ou fixa para ele. Em vez disso, o ensino é articulado através de práticas epistemológicas (Lopes, 2007) que permitem visibilizar determinados aspectos da realidade e invisibilizar outros. Essas práticas, não sendo determinativas, também não podem garantir seus efeitos senão através de suas reiterações em uma comunidade discursiva (Goodson, 1997). Dessa maneira, há sempre possibilidade de escapes, bem como de disputas e novas articulações que modifiquem sua produção.

Destacar essa característica é importante não só para pensar o ensino, mas a escola e a educação de maneira geral. Se essas práticas sociais são concebidas como produtivas em vez de determinadas, a tarefa da pesquisa não é determinar sua essência, nem colocá-las como necessárias para todos. Se algumas práticas ganham força reiterativa, é porque estão imersas em relações de poder que tornam sua modificação mais ou menos dispendiosa socialmente. Se não há natureza a ser determinada para o ensino, cabe-nos mapear que sentidos vêm sendo mobilizados para essa prática e também quais vêm sendo relegados ao lugar da inadequação. Na epistemologia social curricular (Lopes, 2007), o Ensino de Biologia é articulado através de diferentes atores sociais, não se limitando a simplificar conteúdos vinculados às ciências biológicas de

referência. Estas aparecem, por exemplo, quando pensamos nas finalidades acadêmicas do ensino, como afirmam Gomes, Selles e Lopes (2013). As autoras também citam outras finalidades, como as utilitárias e as pedagógicas, articuladas às funções sociais e educacionais da escola, que ativamente transformam os conhecimentos científicos quando recontextualizados (Lopes, 2007) para a disciplina escolar Biologia. Essa negociação não é um desvio, mas sim parte integrante daquilo que se constitui como “ensinável” na escola.

É nesse contexto que entram em cena as reivindicações de movimentos antirracistas pela valorização social das contribuições históricas, científicas e culturais africanas, afro-brasileiras e indígenas. A educação é importante nesse sentido porque ela foi uma das bases para a negação de humanidade às pessoas negras e indígenas, seja porque pessoas não-brancas seriam concebidas pelo sistema colonial como “ineducáveis”, seja porque os saberes gestados com elas não seriam legítimos, processo narrado por Carneiro (2023) como epistemicídio. Portanto, o enfrentamento ao racismo promovido pelos movimentos negros e indígenas passa pela reafirmação da importância da educação formal e pela sua transformação no sentido de reeducar para as relações étnico-raciais (Gomes, 2012). Essas reivindicações se legitimam não só pelo viés acadêmico da importância do enfrentamento ao racismo para diferentes campos do conhecimento que são referência para os conhecimentos escolares, mas também porque a escola produz formas de se tornar sujeito na sociedade - reconhecendo-se a tarefa ética da educação como legitimadora de relações sociais consideradas “adequadas” ou “inadequadas”, inclusive no campo da formação de professores.

Particularmente no Ensino de Biologia, alguns deslocamentos vêm sendo feitos pela Educação para as Relações Étnico-Raciais, tanto para argumentar pela sua pertinência nessa disciplina, como também para investigar possibilidades de sua abordagem na educação básica e na formação de professores. Essas relações se apresentam em um conjunto de questões sociais (abarcando também questões socioambientais, de classe, de gênero e de sexualidade) que vêm interpelando a disciplina de Biologia, em particular no período pós-redemocratização do país nos últimos 40 anos. Verrangia e Silva

(2010) sinalizam que essas interpelações se refletem nas leis 10.639/03 (Brasil, 2003) e 11.645/08 (Brasil, 2008), que instituem a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afrobrasileira e indígena em todo o currículo escolar. Entretanto, à época, a efetivação da legislação enfrentava desafios, porque havia poucas pesquisas sobre o tema na área do ensino de Ciências e de Biologia e também pela lógica de formação eurocentrada nas universidades, que eram em sua maioria compostas por pessoas brancas em um país de maioria negra.

Desde então, as modificações na composição étnico-racial das universidades brasileiras e a circulação de textos de pesquisadores e professores negros e indígenas mudaram esse cenário - embora o tema ainda seja considerado incipiente nas publicações e eventos acadêmicos nacionais. Fernandes (2015) defende que a Educação para as Relações Étnico-Raciais no Ensino de Biologia promove uma inversão epistemológica em que se questiona a suposta neutralidade racial brasileira, sobretudo nos espaços acadêmicos e na educação escolar. Cassiani e Orozco Marín (2020) pensam uma educação, desde o Ensino de Biologia, para a desnaturalização da necropolítica que inflige corpos negros, indígenas e travestis. Verrangia (2022) também defende um Ensino de Biologia comprometido com a desconstrução de estereótipos racistas, construídos parcialmente também pelas próprias ciências biológicas nos séculos XIX e XX, para que as relações sociais possam ser reconstruídas em outras bases mais plurais.

Nosso interesse de pesquisa, portanto, é compreender como a modificação promovida pela Educação para as Relações Étnico-Raciais vem sendo ressignificada pelo Ensino de Biologia. Reconhecemos que a discussão sobre a incorporação dessa temática é legítima, conforme evidenciado pelos trabalhos citados anteriormente, tanto do ponto de vista do ensino, quanto do ponto de vista do combate ao racismo. No entanto, não basta apenas afirmarmos sua importância: é necessário investigar criticamente os modos pelos quais essa questão vem sendo abordada no contexto do Ensino de Biologia, considerando a natureza múltipla do conhecimento escolar e das comunidades disciplinares, como também destacado previamente. A ausência de um caminho unívoco exige que analisemos como diferentes propostas pedagógicas,

materiais didáticos e abordagens teóricas têm operacionalizado essa ressignificação, refletindo sobre seus limites e possibilidades.

NOTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS

O que sabemos é do percurso que trilhamos até aqui. O que sabemos são pistas. São provisórias! (Garré; Henning, 2017, p. 303)

Certamente, embora focadas em outros objetos de pesquisa, as autoras Garré e Henning nos ajudam a ponderar sobre nossos próprios passos. Passos que foram construídos aos poucos, a partir de reflexões coletivas e individuais sobre a Formação de Professores, sobre o Ensino de Biologia e sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais. Desta maneira admitimos que esta pesquisa foi sendo “composta, reconstruída, redirecionada durante o percurso investigativo” (idem, p.303). Neste caminho, compreendemos que “foi olhando e remexendo nos dados da pesquisa que fomos traçando as linhas, as curvas, os desvios, enfim, as travessias da pesquisa” (Garré; Henning, 2017, p. 303).

Nosso *corpus* de análise constitui-se de publicações da REnBio levantadas no período de 2022 a 2024. Optamos por investigar este período por reconhecermos o crescimento da temática no Ensino de Biologia nos anos mais recentes (Verrangia, 2022). Além disso, julgamos especialmente importante a inclusão do Dossiê “Relações Étnico-Raciais e o Ensino de Biologia”, publicado no ano de 2022, em nossa pesquisa, bem como as contribuições que se sucederam após a publicação do mesmo. Foram investigados, portanto, 3 volumes da revista que incluem 10 números (edições) e um total de 189 artigos. Destes, buscamos produções segundo o seguinte ordenamento metodológico: (1) publicações que faziam referência às relações étnico raciais em seu título; (2) trabalhos que possuíam os descritores relações étnico raciais, raça, antirracismo nas palavras-chave dos resumos; (3) trabalhos não que traziam no título ou nas palavras-chave os descritores indicados e que após a leitura dos resumos e/ou dos trabalhos completos, evidenciaram inclusão da temática em suas discussões. A partir deste caminho, selecionamos 29 artigos que compuseram

nosso arquivo de pesquisa e com os quais conversaremos no presente artigo.

Em nossas análises nos aproximamos, particularmente, de uma abordagem discursiva para a História do Currículo (Ferreira, 2014; 2015; Ferreira; Santos, 2017; Ferreira; Marsico, 2020; Ferreira; Santos; Marsico, 2021), afim de compreender como a Educação para as Relações Étnico-Raciais vem sendo informada nos últimos anos no Ensino de Biologia. Em tal perspectiva teórico-metodológica, nos referenciamos nos estudos de Foucault (2013; 2014) e seus interlocutores no campo do Currículo (como Thomas Popkewitz, Alfredo Veiga-Neto, Rosa Fischer e Marcia Ferreira), percebendo que a Educação para as Relações Étnico-Raciais vem sendo produzida por meio de um processo de regulação social, produzido em meio a um *sistema de raciocínio* que cria regras e padrões para o entendimento sobre o que constitui a temática na relação com o Ensino de Biologia.

Assim, interessa-nos perceber quais são os *discursos* produzidos academicamente sobre a temática. Neste sentido, as produções aqui investigadas são consideradas práticas discursivas, uma vez que o discurso trata-se de “*um conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação*” (Foucault, 2014, p. 131, grifos nossos) que ultrapassa a simples referência das coisas, apresentando regularidades intrínsecas a si mesmo, “através das quais é possível definir uma rede conceitual que lhe é própria” (Fischer, 2001, p. 200). Neste contexto discursivo, consideramos que os enunciados são produzidos em meio a certos *regimes de verdades* (Foucault 2013; 2014) que produzem regras acerca do que pode (e do que não pode) ser dito sobre a Educação para as Relações Étnico-Raciais nos diferentes contextos educacionais e, em nossa investigação, no Ensino de Biologia.

Neste movimento de análise, os discursos aqui investigados são percebidos de forma contingente e histórica. Abrem-se, portanto, possibilidades de visibilizar múltiplos entendimentos para a temática. Os discursos, portanto, produzem sentidos diversos, não havendo a existência de explicações unívocas, de fáceis interpretações e que igualmente produzem um único sentido para as coisas. Assim, considera-se ser importante a relativização dos sistemas/discursos totalizantes que têm a pretensão de estabelecer modelos

explicativos globais sobre o funcionamento da sociedade (Foucault, 2013).

Metodologicamente, concebemos as produções investigadas como documentos/monumentos (Foucault, 2014), buscando dirigir-nos diretamente aos enunciados que deles emergem, operando com os ditos e com as potencialidades dos documentos/monumentos em si mesmos. Nesta medida, procuramos explorar ao máximo as produções acadêmicas, uma vez que, como ensina Fischer (2001):

Para Michel Foucault, é preciso ficar (ou tentar ficar) simplesmente no nível de existência das palavras, das coisas ditas. Isso significa que é preciso trabalhar arduamente com o próprio discurso, deixando-o aparecer na complexidade que lhe é peculiar (Fischer, 2001, p. 198).

Em nossa análise, portanto, refletimos que não há nada a ser descoberto por trás dos discursos. Há enunciados e suas relações, desenvolvidas pelo próprio discurso. Partindo deste aporte teórico-metodológico e tomando como base as publicações analisadas, nas próximas seções tecemos algumas considerações preliminares, mas que nos permitem compreender quais discursos sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais têm entrado na *ordem do discurso*.

PRODUÇÕES DE EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA REVISTA DE ENSINO DE BIOLOGIA DA SBEnBIO: UM ESFORÇO DE ANÁLISE

Como dito, nosso arquivo de pesquisa é composto por 29 artigos (Tabela 1) produzidos por pesquisadores de todas as cinco regiões do país, com maior representatividade, no entanto, das regiões sudeste e nordeste, com 17 e 8 artigos, respectivamente. Em relação ao escopo dos trabalhos, a maioria mobiliza temáticas sobre racismo e negritude (19), ou aspectos das relações étnico-raciais de maneira mais ampla (6), seguidos de trabalhos que mobilizam exclusivamente questões relacionadas aos povos originários do Brasil (4). Ainda no que se refere a um quadro mais amplo de análise, apenas dois deles se referem a experiências institucionalizadas, seja na formação docente ou nos

currículos acadêmicos e escolares, enquanto outros 19 artigos mobilizam experiências mais individualizadas, ou seja, pesquisas e produção de materiais como empreitada dos próprios pesquisadores e autores.

Tabela 1: Textos que compõem nosso arquivo de pesquisa.

TEXTOS ANALISADOS	
Santos, J. N. de J., & Sepúlveda, C. de A. S. (2024). Herança epigenética e iniquidades raciais na saúde: uma questão sociocientífica para promoção da educação das relações étnico-raciais no ensino de Genética. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 17(2), 1043–1064.	.Queiroz, L. da S., & Gomes, M. M. P. de L. . (2022). A temática étnico-racial na comunidade discursiva de Ciências e Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 550–568.
Capaverde, C. F., Santos, R. B. dos, & Rosa, R. T. D. da. (2024). Mediação de conflitos raciais em escolas: disposição de professoras(es) egressas(os) das Ciências Biológicas. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 17(1), 255–278.	Panteleão, A. C. A., & Batitucci, M. do C. P. . (2022). A valorização dos conhecimentos étnicos e tradicionais no ensino básico de ciências . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 569–588.
Iwakami, V. H. da S., & Wunder, A. (2024). Encontro, diferença e retomada: partilhas criativas com povo Kariri-Xocó . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 17(1), 75–91.	Cassette, A. C. de O. S. ., Medeiros, D. E. da R., Barbosa, M. C., Ribeiro, I. G. ., & Matteuzzo , M. C. (2022). 18 anos da Lei 10.639/03 e o Ensino de Biologia no Instituto Federal de Educação Ciência E Tecnologia de Minas Gerais. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 589–611.
Rocha , S. S. da, & Oliveira , R. D. V. L. de. (2023). A educação em direitos humanos na formação de docentes: um estudo a partir de projetos pedagógicos de curso (PPC) de Licenciatura em Ciências Biológicas. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 16(2), 1522–1542.	Paula, A. L. O. de, Sousa, I. M. de ., Ribeiro, A. M. ., Sousa, B. L. C. M. de ., & Silva, J. R. da . (2022). A temática indígena no ensino de Ciências da Natureza e a aplicação da Lei nº 11.645/08.
Ribeiro, S. da S. F., & Paiva, A. de S. (2023). Duas décadas da lei 10.639/2003: uma análise sobre a educação antirracista no currículo da licenciatura em Ciências Biológicas da UFTM/CUA. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 16(2), 1543–1559	Dias, T. L. da S. (2022). Veredas para uma educação antirracista a partir da exposição itinerante ciência, raça e literatura . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 634–655.
Dantas, M. R., & Santos, A. E. (2023). A origem da vida em currículos online: construindo caminhos para abordagens interculturais no ensino de Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 16(2), 1491–1508.	Cabral, L. F. E., & Rodrigues, J. de O. R. (2022). Horta com consciência negra: relato da construção e discussão de postagens para a educação das relações étnico-raciais em uma horta escolar midiaticizada. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 656–670.
Andrade, L. M., & Nascimento, L. M. M. (2023). Formação de professores/as de Biologia para a educação das relações étnico-raciais: análise curricular de uma licenciatura e da prática docente. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 16(nesp.1), 493–512.	Farias Junior, J. R. ., & Santos, J. N. dos. (2022). A obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada” como recurso para o ensino de Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 671–690.
Santos, M. V. dos, & Santos, A. S. F. dos. (2023). O ensino de Biologia em diálogos com tecnologias negras. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 16(nesp.1), 974–986.	Moreira, I. N. S., & Silva, F. A. R. e. (2022). O que a tecnociência do povo preto pode nos revelar sobre uma visita à mina de ouro em uma experiência de formação de professores de ciências naturais?. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 691–711.
Verrangia, D. . (2022). A educação das relações étnico-raciais: uma proposta teórico-metodológica para a desconstrução de estereótipos na educação em Ciências e Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 492–512.	Oliveira , L. de C., & Oliveira, R. R. (2022). Relações étnico-raciais no ensino de Biologia: uma experiência na formação inicial docente. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 712–732.
Nascimento, B. I. S. do, Carvalho, I. V. de, & Costa, F. A. G. da . (2022). Vozes-mulheres-negras no ensino de Biologia para uma escola comprometida com a promoção da saúde. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 513–530.	Cordeiro, R. S., & Santos, L. A. . (2022). Abordagem das relações étnico-raciais em metodologia de ensino de Ciências e Biologia: uma atividade para formação inicial docente. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 733–750.

Léo Neto, N. A., & Fernandes, K. M. (2022). Saberes das lutas antirracistas sobre saúde e o novo coronavírus na formação docente em Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 531–549.	Vasconcelos, S. M. (2022). Práticas de ensino de Biologia: as questões étnico raciais na formação inicial de professores de biologia no contexto amazônico. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 751–764.
Marandino, M. (2022). A invisibilização dos povos da floresta amazônica nos dioramas de museus: reflexões para educação e divulgação da ciência. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 788–807.	Pereira, G. A. V., Campos, A. B. F., Andrade, F. M. C. de., Bontempo, G. C. ., & Fernandez, T. A. C. . (2022). Confluências: encruzilhadas dos saberes de matrizes africanas e a formação de educadoras/es ambientais. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 765–787.
Sepúlveda, C., Fadigas, M. D., & Sánchez Arteaga, J. M. (2022). Educação das relações étnico raciais a partir da história do racismo científico: princípios de planejamento e materiais curriculares educativos . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 808–830.	Lopes Neto, J. ., Selles, S. E., & Valiente, C. (2022). Ensino de biologia e racismo: representações de corpos negros em coleções didáticas de ciências da natureza e suas tecnologias . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 831–852.
Orcine, R. P., Silva , V. C. da, & Rédua, L. de S. (2022). Representações étnico-raciais de um livro didático de ciências: dimensões biológicas e culturais em debate . <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 853–871.	Scanavaca, R. P., Cassiani , S. ., & Nascimento, C. C. do. (2022). Denúncias e anúncios na temática biomas nos livros didáticos de ciências da natureza: interlocuções decoloniais. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 872–887.
Gonçalves, M. J., Domingues, M. V., & Kato, D. S. . (2022). A branquitude no discurso sobre desenvolvimento sustentável nos livros didáticos de Biologia. <i>Revista De Ensino De Biologia Da SBEnBio</i> , 15(nesp.2), 888–906.	

A formação de professores é uma temática fortemente mobilizada entre os artigos analisados, sejam eles textos que analisam documentos institucionais como Plano de Desenvolvimento Institucional (Cassette *et al.*, 2022) e Projeto Pedagógico de Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (Rocha e Oliveira, 2023), ou análise de disciplinas dos cursos de licenciatura (Pereira *et al.*, 2022; Vasconcelos, 2022; Oliveira e Oliveira, 2022; Andrade e Nascimento, 2023), levantamento de reflexões e saberes discentes e/ou docentes sobre aspectos das relações étnico-raciais (Paula *et al.*, 2022; Cordeiro; Santos, 2022; Moreira; Silva, 2022; Ribeiro; Paiva, 2023; Capaverde *et al.*, 2023).

Também chamam atenção trabalhos focados na apresentação e reflexão sobre a produção de materiais didáticos (Sepúlveda *et al.*, 2022; Panteleão; Batitucci, 2022) ou de divulgação científica (Cabral; Rodrigues, 2022), propostas de abordagens pedagógicas (Verrangia, 2022; Iwakami; Wunder, 2024; Nascimento *et al.*, 2022; Junior; Santos, 2022; Santos; Sepúlveda, 2023) ou análise de Livros Didáticos com foco na representatividade (Gonçalves *et al.*, 2022; Scanavaca *et al.*, 2022; Orcine *et al.*, 2022; Neto *et al.*, 2022) ou ainda de aulas disponibilizadas em formato online (Dantas; Santo, 2023). Também são apresentadas pesquisas que refletem sobre a representatividade de povos

originários em museus (Marandino, 2022) e sobre a educação antirracista em uma exposição itinerante de ciência, raça e literatura (Dias, 2022).

Dois artigos nos oferecem um panorama sobre as pesquisas relacionadas à temática a partir de levantamentos bibliográficos em anais dos Encontros Nacionais de Ensino de Biologia (Neto; Fernandes, 2022; Queiroz; Gomes, 2022). Dois artigos mobilizam os efeitos da implementação da lei 10.639/03 (Cassette *et al.*, 2022; Ribeiro; Paiva, 2023) nos espaços de formação.

Em um primeiro momento, percebemos que alguns discursos são mobilizados no sentido de definir e categorizar as relações étnico-raciais. Em geral, essas relações são compreendidas como aquelas que orientam ideias relativas ao pertencimento étnico-racial de forma individual e coletiva, construídas sócio-historicamente. Para Verrangia (2022, p. 494) as relações étnico-raciais necessitam ser bem definidas e são entendidas:

[...]como aquelas estabelecidas entre os distintos grupos sociais e entre indivíduos desses grupos, orientadas por conceitos e ideias sobre as diferenças e semelhanças relativas ao pertencimento racial e étnico individual e coletivo. Isto é, pautam-se no fato de que para nós mesmos e para os outros, pertencemos a uma determinada raça, e todas as consequências deste pertencimento. Tais consequências são informadas por pretensas hierarquias raciais e, especificamente, o conceito de “raça negra” é informado por toda a história de atribuição de sentido positivo a tal conceito pelo Movimento Negro (Verrangia, 2009).

Como vimos no trecho acima, as relações étnico-raciais são compreendidas como práticas sociais, que em sua vigência, produzem e classificam o outro segundo seu pertencimento racial. Essa “classificação” produz efeitos sociais, políticos e epistemológicos, uma vez que historicamente temos testemunhado socialmente “relações étnico-raciais injustas, que desumanizam, diariamente, crianças, mulheres e homens negros/as” (Verrangia, 2022, p. 495) e também a pessoa indígena. De outro modo, a Educação para as Relações Étnico-Raciais vem se constituindo discursivamente como área de conhecimento que propõe uma reelaboração pedagógica, que humanize o ensino e produza relações étnico-raciais positivas. Deste modo enuncia-se a

educação para as relações étnico-raciais como:

[...] o conjunto desses processos educativos que orientam as relações étnico-raciais vividas no contato com as outras pessoas, sejam eles produzidos como objetivo final de um processo de ensino/aprendizagem ou nas relações cotidianas em que, quase sempre, as pessoas não se dão conta de que estão sendo educadas (Verrangia, 2022, p. 496).

Ao focalizarmos os *discursos* que elegem a EREER na Formação de Professores em Ciências Biológicas, percebemos a articulação da temática como necessária (em relação com sua falta em um contexto de racismo sistêmico) e a formação docente como “lugar de destaque diante da complexidade e importância de trazer para o espaço escolar temas como racismo, misoginia, homofobia, feminicídio, extermínio de povos indígenas” (Vasconcelos, 2022, p. 752). Nesta mesma direção, autores como Rocha e Oliveira (2023) defendem que as relações étnico-raciais não podem ser consideradas apenas um tema emergente a ser inserido nos currículos de formação. Tratam-se de Direitos Humanos, uma vez que “deve-se lutar contra a concepção branca, heteronormativa e eurocêntrica de humanidade em favor de uma ampliação desse conceito que abarque todas as minorias que reivindicam direito a existir” (Rocha; Oliveira, 2023, p. 1524). Neste sentido, discursos que significam os enunciados “*justiça*”, “*equidade*” e “*pluralidade*” são mobilizados para pensar a inserção da temática nos cursos. Para os autores:

Ao compreender as diferenças étnico-raciais, os futuros docentes de Ciências Biológicas podem contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva, livre de preconceitos e de discriminações. Isso ocorre porque, ao entender a diversidade humana, o docente passa a ter condições de apresentar uma perspectiva mais ampla e crítica sobre as questões biológicas, culturais e sociais que afetam as diferentes populações (Oliveira, 2017). Além disso, trabalhar as Relações étnico-raciais, na formação de docentes de Ciências Biológicas, faz com que esses profissionais possam ser preparados para lidar com situações de preconceito e de discriminação dentro da sala de aula – e para promover, assim, um ambiente de aprendizado acolhedor e seguro para todos os estudantes. É importante destacar que a educação étnico-racial é um direito humano fundamental” (Rocha; Oliveira, 2023, p. 1533).

Outra análise possível está relacionada ao fato de que sob ‘lentes teóricas diversas’, e, principalmente, baseados em pesquisas do próprio campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, os autores dos trabalhos evidenciam a necessidade de superação dos *currículos eurocentrados* ainda hoje presentes nos diferentes cursos de formação docente no país, e que “colaboram para a manutenção de um ensino que reforça as hierarquias de saberes e raças” (Dantas; Santos, 2023, p. 1492) e “que nos impede de compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que lhes são próprias” (Porto-Gonçalves, 2005, p. 3 *apud* Verrangia, 2022, p. 508).

Neste diálogo, os discursos que apontam para o epistemicídio, para a falta de inserção dos conhecimentos africanos e dos saberes dos povos originários apresentam-se como *regularidade*, e fundamentam a crítica aos cursos e estimulam a pensarmos em outras formas de se conceber o Ensino de Biologia. Assim, evidencia-se que:

A ênfase no conteudismo e na supremacia de conhecimentos eurocêntricos dificulta a integração de abordagens mais abertas e sensíveis às diversidades culturais e sociais, reiterando desigualdades no processo educativo.

Assim, para superar esse modo de ensinar e construir um ensino de biologia mais humanizado, pluriversal e politicamente engajado, é crucial desafiar e desconstruir esses processos de subalternização, promovendo a criação de múltiplas vias de possibilidade para expressão de formas outras de saberes e tradições epistemológicas, além de estabelecer um diálogo mais equitativo entre diferentes culturas e perspectivas (Dantas; Santos, 2023, p. 1492).

Outros discursos veiculados apontam para a forma incipiente como a temática é inserida nos cursos de formação de professores. Ao analisarem os Projetos Pedagógicos de Cursos, alguns dos artigos analisados (Rocha; Oliveira, 2023; Andrade; Nascimento, 2023) mostram que as relações étnico-raciais aparecem como disciplinas em alguns cursos de licenciatura em Ciências Biológicas do país, o que pode garantir um espaço curricular para a temática, além de investimentos em recursos humanos, simbólicos e epistemológicos que

mobilizam a temática no interior das universidades.

No entanto, os autores mostram que estas iniciativas ainda são restritas a alguns cursos, ficando a temática circunscrita a iniciativas individuais docentes que inserem conteúdos e práticas voltados à temática em suas disciplinas obrigatórias ou eletivas. De outro modo, ganham força diálogos que apontam que os espaços universitários informais, mais do que as grades curriculares ou documentos normativos dos cursos de licenciatura, podem promover um sentido positivo de pertencimento étnico-racial e integração à vida acadêmica dos professores em formação inicial. Desta maneira enuncia-se a centralidade dos coletivos negros como lugar de formação de uma identidade negra, e de identificação e acolhimento no espaço universitário, o que possivelmente reverbera na subjetividade docente do licenciando (Capaverde *et al.*, 2024).

Em outros trabalhos percebemos a presença de enunciados que apontam para a necessidade de diálogo com outros saberes, tanto na formação de professores quanto na escola. É neste sentido que Iwakami e Wunder (2024) ao descreverem sua pesquisa-experiência com o povo Kariri-Xocó (Alagoas) apontam que “o encontro com outras formas de conhecer e conceber a vida é uma trilha possível para um Ensino de Biologia mais aberto à multiplicidade e à diferença” (p. 76). Os autores destacam que:

Pensar a partir do encontro com povos de diferentes origens e cosmologias, no desafio ético de não hierarquizar lógicas, nos oferece novos desafios e possibilidades de relações entre conhecimento e vida, conhecimento e linguagens, conhecimento e criação (Iwakami; Wunder, 2024, p. 77)

(...)

A partilha desta experiência de pesquisa-experimentação em movimento lança possibilidades para pensar um ensino de biologia aberto às diferenças, na insistência e persistência de lagarta na “tecitura de um mundo igualitário” cotidianamente, na pesquisa, no ensino, na vida (Iwakami; Wunder, 2024, p. 88).

Nesta mesma direção, Santos e Santos (2023) propõem uma educação em diálogos entre o Ensino de Biologia e as tecnologias ancestrais negras, de maneira a inserir no debate educacional e na interação com o ensino dessas disciplinas escolares, cosmovisões a partir de ideias de biointeração,

ancestralidade e práticas de terreiro, oriundas de um pensamento afro-diaspórico. Tais concepções são enunciadas como capazes de contribuir com a produção de outras formas de ser, agir, pensar e se relacionar com o ambiente, promovendo uma educação antirracista e um Ensino de Biologia transversal e contra-colonial. Como mostram os autores, tal perspectiva pode ampliar a porosidade do ensino de Ciências e Biologia para a construção de modos de ensinar menos centrados em produções do norte global, na direção de uma formação e um ensino escolar contra-colonizador. Nesse sentido, Santos e Santos (2023, p. 979-980) apontam como, por exemplo, de maneira geral:

[...] ensinamos/aprendemos na Biologia que os ancestrais são os indivíduos dos quais cada um descende biologicamente; e a ancestralidade é a informação sobre tais indivíduos numa relação genética (Kimura; Lemes; Nunes, 2022, p.42). Nos estudos da Genética, essa questão tem sido trabalhada de maneira bastante específica: é centrada nos fatores físicos e hereditários, e pouco se aborda aspectos culturais, religiosos e políticos. Pensar a ancestralidade exclusivamente a partir da conotação biológica pode reforçar estereótipos racistas, deixar de combater discursos eugenistas, podendo implicar em modos universalizantes e positivistas de fazer ciência. [...] Portanto, a ancestralidade, para além dos aspectos biológicos, dentre outras possibilidades, implica em compreendê-la enquanto presença e continuidade, não como algo que se deu em um passado, tampouco algo que se ligue somente à hereditariedade (Silva; Rufino, 2021, p. 67).

No que se refere aos efeitos das legislações que estabelecem a inclusão, nos currículos brasileiros, da História e Cultura Africanas, Afro-brasileiras e Indígenas (BRASIL, 2003; 2008), percebemos enunciados que mostram a forma ineficiente em que tais temáticas vêm sendo mobilizadas nos currículos escolares e da formação docente. Tais produções reforçam a importância do cumprimento das leis no que se refere à produção de materiais didáticos e práticas pedagógicas capazes de apoiar a formação e a atuação docente. Tal direcionamento é produzido no sentido de desconstruir estereótipos produzidos por abordagens mobilizadas no Ensino de Biologia e pautadas no racismo científico e na racialização de doenças, para dar alguns exemplos. Nesse sentido, são valorizadas abordagens étnico-raciais por meio da centralidade de

coletivos e pessoas pretas na produção do conhecimento científico, bem como dos conhecimentos tradicionais afro-brasileiros e indígenas (Capaverde *et al.*, 2024; Santos; Sepúlveda, 2024; Andrade; Nascimento, 2023; Paula *et al.*, 2022).

Nesta direção, propostas relacionadas com uma abordagem contextualizada da epigenética, por exemplo, são enunciadas como requisito para a participação social democrática, contribuindo para uma perspectiva pluralista do conceito de herança genética, contemplando fatores socioambientais. Afinal, tal abordagem:

[...] permite articular o ensino do conceito de herança a uma discussão sobre os diferentes significados atribuídos ao conceito de raça e suas implicações sociopolíticas, a exemplo das políticas de saúde como pauta dos movimentos sociais negros (Santos; Sepúlveda, 2024, p. 4).

No que se refere aos efeitos destas legislações em currículos da formação docente, Cordeiro e Santos (2022, p. 746) apontam para a necessidade de que a Biologia, como campo de produção de conhecimento, dialogue e transite com demais ciências a fim de construirmos um ensino e uma formação antirracista, e que:

[...] precisa ser atravessado por leituras decoloniais, por um currículo (do ensino superior) a serviço de outro currículo (da educação básica), pela divulgação e popularização científica das produções advindas de laboratórios, linhas e grupos de pesquisas enriquecidos etnicamente por seus povos diversos (Cordeiro; Santos, 2022, p. 746).

Na mesma direção, em uma pesquisa que investigou a implementação da Lei 10.639/03 no Plano de Desenvolvimento Institucional de uma instituição de ensino que atua tanto na educação básica quanto na formação de professores, os autores apontam para uma abordagem superficial da temática no documento e em materiais produzidos no âmbito da tríade pesquisa-ensino-extensão (Cassette *et al.*, 2022). Nesse sentido, do mesmo modo como vem sendo enunciado nos textos anteriormente mobilizados, autores enunciam a urgente:

[...] internalização e execução das legislações pertinentes ao tema, uma atualização da formação docente em Biologia, reflexão acerca dos materiais didáticos e ainda a criação de ações afirmativas para profissionais docentes e fomento específico para projetos de ensino, pesquisa e extensão centrados na educação das relações étnico-raciais (Cassette *et al.*, 2022, p. 2).

Outros enunciados também destacam os efeitos que as legislações, especialmente a lei 10639/2003, produzem no Ensino de Biologia. Queiroz e Gomes (2022, p. 557) salientam que o documento normativo “atravessa essa comunidade, transformando o currículo e produzindo ‘verdades’ sobre o ensino de conhecimentos científicos”. Em sua pesquisa, as autoras percebem discursos que elegem a incorporação de aspectos sociais e históricos na área disciplinar de Ciências Biológicas como uma necessidade. Nesse contexto, ressaltam a importância da desconstrução de conhecimentos científicos supervalorizados academicamente e na escola, lidando “com as diferenças de modo a não perpetuar racismos e preconceitos” (p. 563). Outro efeito produzido diz respeito à subjetividade docente: no diálogo com as legislações os discursos orientam para a fixação de sentidos em relação ao/a professor/a “desejável”. Este/esta docente é aquele/a que:

[...] não deve dominar apenas os conteúdos de ensino referentes ao campo científico e acadêmico, desconsiderando os contextos de produção e ignorando as contribuições das Ciências Humanas. Opostamente, deve integrar os conhecimentos científicos, sociais e históricos a fim de perceber que “as situações de exclusão ou discriminação não se desenvolvem por meio de padrões biológicos, mas são produtos do meio social e cultural onde os(as) alunos(as) foram criados” (R2, 2016, p. 5959) (Queiroz; Gomes, 2022, p. 564).

Tanto a articulação da Educação para as Relações Étnico-Raciais como necessidade quanto a descrição de possíveis abordagens para o tema (consideradas relevantes não só em si, mas por endereçarem essas relações) apontam para uma forma de regularidade discursiva que busca consolidar a educação antirracista no Ensino de Biologia. Além disso, a Educação para as Relações Étnico-Raciais aparece não só como um tópico a ser abordado dentre

outros, mas como eixo articulador que se pretende fundamental para pensar o Ensino de Biologia como um todo. Não à toa, há um forte caráter prescritivo em vários dos trabalhos analisados, assim como o apontamento de lacunas ou ausências em disciplinas e documentos normativos da educação básica ou do ensino superior. A quantidade de trabalhos, no entanto, demonstra que a consolidação da EREER no Ensino de Biologia está em curso, indicando-se a possibilidade de expansão nos próximos anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa análise, identificamos nas produções estudadas, a circulação de *enunciados* que nos remetem à necessidade de superação dos currículos eurocentrados e à abertura da comunidade para epistemologias outras no Ensino de Biologia nas escolas e nas universidades. A formação de professores é eleita como espaço para a Educação das Relações Étnico-Raciais a partir do reconhecimento da temática para bem formar o(a) docente da Educação Básica. As legislações vigentes (lei 10639/2003 e lei 11645/2008) produzem efeitos discursivos, que estimulam a elaboração de materiais didáticos e práticas pedagógicas que, dialogando com os conhecimentos científicos, buscam produzir relações étnico-raciais positivas, desconstruindo e superando preconceitos arraigados socialmente.

Retomando as questões colocadas por Gustavo Santana no poema que abre nosso artigo, suas reverberações podem ser sentidas no campo do Ensino de Biologia, especialmente nos trabalhos analisados - que reafirmam a Educação para as Relações Étnico-Raciais não só como um “tema” a ser estudado, mas como de fato uma inversão epistemológica (Fernandes, 2015) em que os lugares de “sujeito” e “objeto” são perturbados. Na mesma direção, evidenciamos a necessidade da conexão do Ensino de Biologia com aspectos históricos e sociais, tensionando as verdades e os conhecimentos científicos. Se por um lado os discursos apontam para dificuldades deste diálogo, por outro tal conexão pode ser compreendida como uma possibilidade para pensarmos novos futuros para estudantes e professores da Educação Básica e do Ensino Superior.

Por sua vez, consideramos que os discursos aqui analisados atuam em um processo de regulação social, assumindo *regularidades* que, por vezes, fixam determinados conceitos e práticas. Desta forma, baseando-nos em Popkewitz (1997) consideramos ser importante o fato de que '*precisamos ser sensíveis aos padrões que parecem permanentes e imutáveis*' (p. 39). Defendemos, assim, que o entendimento de tais regularidades propicia análises diferenciadas, que desacreditam de fixações *essencializadas* e/ou *naturais* e investem em uma compreensão das intrincadas relações entre saber e poder que constituem o social.

Por fim, reafirmamos nosso compromisso como docentes que formam professores no enfrentamento de preconceitos e estereótipos de forma produtiva, e na produção de relações étnico-raciais positivas, no sentido de proporcionar processos educativos em que se possam gerar outras formas de refletir (Verrangia, 2022), mais coerentes com uma visão de mundo antirracista.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, 11 mar. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática 'História e Cultura Afro-Brasileira', e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CASSIANI, Suzani.; OROZCO MARIN, Yonier. OUTRAS RESPOSTAS PARA UMA VELHA PERGUNTA: POR QUE E PARA QUE ENSINAR BIOLOGIA?.

Revista Perspectivas Educativas, v. 10, n. 1, 2021. Disponível em: <https://revistas.ut.edu.co/index.php/perspectivasedu/article/view/2288>. Acesso em: 15 abr. 2025.

FERNANDES, Kelly Meneses. Biologia, Educação das Relações Étnico-Raciais e Inversão Epistemológica. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, v. 01, p. 311-323, 2015.

FERREIRA, Marcia Serra; GOMES, Maria Margarida Pereira de Lima. Currículo de Ciências: a alquimia das disciplinas escolares e a produção da autonomia docente. **Roteiro**, v. 46, n. 23827, p. 1-20, 2021. Universidade do Oeste de Santa Catarina. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18593/r.v46i.23827>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FERREIRA, Marcia Serra; SANTOS, André Vitor Fernandes dos; MARSICO, Juliana. Historicizando as reformas curriculares para o ensino e a formação de professores: a inovação curricular em pauta. In: SANTOS, Sandro Prado; FERREIRA, Gustavo Lopes; VIGÁRIO, Ana Flávia (orgs.). **(Bio)grafias: nós e entrenós na educação em ciências e biologia**. Uberlândia: Culturatrix, 2021. p. 169-190. DOI: <http://doi.editoracubo.com.br/10.4322/978-65-86889-07-9>.

FERREIRA, Marcia Serra; MARSICO, Juliana. Historicizar os currículos em tempos recentes: regulações e efeitos no ensino e na formação de professores em Ciências e Biologia. In: FERREIRA, Marcia Serra; CHAVES, Silvia Nogueira; AMORIM, Antonio Carlos Rodrigues de; GASTAL, Maria Luiza de Araújo; BASTOS, Sandra Nazaré Dias (orgs.). **Vidas que ensinam o ensino da vida**. 1. Ed. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2020, p. 165-179.

FERREIRA, Marcia Serra; SANTOS, André Vitor Fernandes. Discursos curriculares no/do tempo presente: subsídios para uma articulação entre a História e as Políticas de Currículo. In: Alice Casimiro Lopes; Marcia Betania Oliveira (orgs.). **Políticas de currículo: pesquisas e articulações discursivas**. 1. Ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 1, p. 55-78.

FERREIRA, Marcia Serra. História do Currículo e das Disciplinas: produzindo uma abordagem discursiva para investigar a formação inicial de professores nas Ciências Biológicas. In: LEITE, Miriam; GABRIEL, Carmen Teresa (orgs.). **Linguagem, Discurso, Pesquisa e Educação**. 1. Ed. Petrópolis: De Petrus; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2015, p. 265-284.

FERREIRA, Marcia Serra. Currículo e cultura: diálogos com as disciplinas escolares Ciências e Biologia. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera Maria Ferrão (orgs.). **Currículos, disciplinas escolares e saberes**. 1. Ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014, p. 185-213.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de Pesquisa**, v. 114, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, Michel. [1969] **A arqueologia do saber**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

FOUCAULT, Michel. [1971] **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France**, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 20. Ed. Campinas: Loyola, 2013.

GABRIEL, Carmen Teresa; FERREIRA, Márcia Serra. Disciplina escolar e conhecimento escolar: conceitos ‘sob rasura’ no debate curricular contemporâneo. In: LIBÂNEO, José Carlos; ALVES, Nilda (orgs.). **Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 227-242.

GARRÉ, Bárbara Hees; HENNING, Paula Corrêa. Travessias de uma pesquisa: mapeando algumas ferramentas metodológicas da análise do discurso em Michel Foucault. **Conjectura Filosofia e Educação**, v. 22, n. 1, p. 300-319, 1 maio 2017. Universidade Caxias do Sul.
<http://dx.doi.org/10.18226/21784612.v22.n2.05>.

GOMES, Maria Margarida; SELLES, Sandra Escovedo; LOPES, Alice Casimiro. Currículo de ciências: estabilidade e mudança em livros didáticos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 02, p. 477-492, jun. 2013. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022013000200013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012.

GOODSON, Ivor. **A construção social do currículo**. Lisboa: Educa, 1997.

LOPES, Alice Casimiro. **Currículo e epistemologia**. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2007.

MACEDO, Elizabeth. Currículo e conhecimento: aproximações entre educação e ensino. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 147, p. 716-737, 2012.

MILLER, Janet; MACEDO, Elizabeth. Políticas públicas de currículo: autobiografia e sujeito relacional. **Praxis Educativa**, v. 13, n. 3, p. 948-965, 2018. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).
<http://dx.doi.org/10.5212/praxeduc.v.13i3.0018>.

POPKEWITZ, Thomas. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos**. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

POPKEWITZ, Thomas. **Reforma educacional: uma política sociológica – poder e conhecimento em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Marcia Serra. Disciplina escolar Biologia: entre a retórica unificadora e as questões sociais. In: MARANDINO, Martha; SELLES, Sandra Escovedo; FERREIRA, Márcia Serra; AMORIM, Antônio Carlos Rodrigues de (orgs.). **Ensino de biologia**: conhecimentos e valores em disputa. Niterói: UFF, 2005. p. 50-62.

VERRANGIA, Douglas. Educação das relações étnico-raciais: uma proposta teórico-metodológica para a desconstrução de estereótipos na educação em Ciências e Biologia. **Revista de Ensino de Biologia da Sbenbio**, v. 15, nesp. 2, p. 492-512, 28 nov. 2022. <http://dx.doi.org/10.46667/renbio.v15inesp2.782>.

VERRANGIA, Douglas; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Cidadania, relações étnico-raciais e educação: desafios e potencialidades do ensino de ciências. **Educação e Pesquisa** (USP. Impresso), v. 36, p. 705-718, 2010.

